



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO PIRIÁ

CONCURSO PÚBLICO - PROVA OBJETIVA: 14 de fevereiro de 2016

NÍVEL SUPERIOR

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – PORTUGUÊS

Nome do Candidato: _____

Nº de Inscrição: _____

Assinatura

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se a prova que você recebeu corresponde ao cargo/nível de escolaridade ao qual você está inscrito, conforme consta no seu cartão de inscrição e cartão-resposta. Caso contrário comunique imediatamente ao fiscal de sala.
2. Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA, destinado à marcação das respostas das questões objetivas.
3. Este BOLETIM DE QUESTÕES contém a Prova Objetiva com 30 (trinta) questões, sendo 5 de Língua Portuguesa, 5 de Noções de Meio Ambiente, 5 de Legislação, 5 de História Regional e 10 de Conhecimentos Específicos. Caso exista alguma falha de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala. Na prova há espaço reservado para rascunho. **Esta prova terá duração de 04 (quatro) horas, tendo seu início às 8:00h e término às 12:00h (horário local).**
4. Cada questão objetiva apresenta 04 (quatro) opções de resposta, identificadas com as letras (A), (B), (C) e (D). Apenas uma responde adequadamente à questão, considerando a numeração de 01 a 30.
5. Confira se seu nome, número de inscrição, cargo de opção e data de nascimento, consta na parte superior do CARTÃO-RESPOSTA que você recebeu. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, a fim de que o fiscal registre no formulário de Correção de Dados a devida correção.
6. O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização da prova por, no mínimo, uma hora após o início da prova. A inobservância acarretará a eliminação do concurso.
7. É obrigatório que você assine a LISTA DE PRESENÇA e o CARTÃO-RESPOSTA do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
8. A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, pois lápis não será considerado.
9. A maneira correta de marcar as respostas no CARTÃO-RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo constante no CARTÃO-RESPOSTA.
10. Em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO-RESPOSTA por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
11. O CARTÃO-RESPOSTA deverá ser devolvido ao final da sua prova, pois é o único documento válido para o processamento de suas respostas.
12. O candidato só poderá levar o BOLETIM DE QUESTÕES 1 hora (60 minutos) antes do término da prova, caso termine antes, deverá devolver juntamente com o CARTÃO-RESPOSTA.
13. Será automaticamente eliminado do Concurso Público da Prefeitura Municipal de CACHOEIRA DO PIRIÁ o candidato que durante a realização da prova descumprir os procedimentos definidos no Edital nº 001/2015/PMCP do referido concurso.

Boa Prova.

LÍNGUA PORTUGUESA

COM BASE NA LEITURA DO TEXTO ABAIXO, ASSINALE A ALTERNATIVA QUE COMPLETA CORRETAMENTE AS QUESTÕES DE 1 A 10.

A ordem marcha. A imaginação dança.

Rubem Alves

1 Recebi um presente de uma mulher que desconheço. Veio embrulhado em papel
2 bonito. Abri. Era um quadrinho bordado a ponto de cruz. Está pendurado à minha frente.
3 Nele está escrito: “Deus abençoe esta bagunça”. Não sei como ela adivinhou pois ela não
4 me conhecia e nunca havia entrado no meu escritório. Mas o fato é que ela adivinhou que
5 as coisas que eu escrevia nasciam de uma grande bagunça.
6 Faz tempo publiquei dois livros com o nome de “Quarto de Badulaques”. Quartos de
7 badulaques eram quartos de bagunça, onde as coisas eram colocadas sem nenhuma ordem.
8 Nos quartos de badulaques a imaginação voa solta. Eles eram a delícia das crianças.
9 Quartos arrumados amarram a imaginação. Cada coisa em seu lugar...
10 Numa casa arrumada cada coisa tem um lugar certo. Mundo ordenado, qualquer
11 desvio fica logo evidente. Por isso, para não deixar evidências da presença da gente num
12 certo lugar é preciso deixar as coisas no lugar preciso onde estavam quando chegamos. Às
13 vezes um simples fio de cabelo na pia do banheiro faz a denúncia...
14 Ela era uma mulher bonita, longos cabelos claros. Mas o seu corpo era morada de
15 um demônio terrível, a “compulsão pela ordem”. Ela só tinha um pouco de tranquilidade
16 quando a empregada ia embora, os filhos estavam na escola e o marido ainda não voltara do
17 trabalho. Sozinha na casa, tinha então a certeza de que nenhum objeto sairia do lugar —
18 porque não havia ninguém que o movesse. Os objetos do seu mundo eram fixos no espaço.
19 Kurt Goldstein (1942), neurologista, fez um estudo sobre os efeitos das lesões no
20 cérebro de feridos de guerra. Os efeitos variavam segundo a parte do cérebro que havia
21 sido lesada. E ele observou que, quando uma certa parte do cérebro era lesada o ferido
22 apresentava uma curiosa alteração de comportamento: ele se tornava meticulosamente
23 ordeiro, obsessivo em relação à posição dos objetos no seu ambiente. Nas entrevistas ele
24 passava o tempo todo compulsivamente organizando os objetos que se encontravam sobre
25 a mesa, que o entrevistador, de propósito, insistia em desarrumar. Esse fenômeno levou
26 Goldstein à conclusão de que, antes do ferimento, quando o cérebro estava inteiro, de
27 posse de todas as suas funções, o ferido não precisava de uma ordem material, concreta,
28 para organizar seu mundo. O cérebro convivía bem com a desordem, percebia ordem na
29 desordem. Mas quando o cérebro era lesado e suas funções normais prejudicadas, o
30 cérebro necessitava de uma “bengala” em que apoiar o seu comportamento.
31 Esse experimento de Goldstein sugere que a “bagunça” não significa indisciplina.
32 Significa, possivelmente, que o bagunceiro põe uma ordem virtual na bagunça real.
33 A delícia de um quebra-cabeças está precisamente na “bagunça” das peças.
34 Quando o trabalho termina e todas as peças estão colocadas em ordem o “brinquedo” acaba
35 e a inteligência se assenta na poltrona... É isso que acontece com aquelas pessoas que
36 colam o quebra-cabeças depois de armado. Ele nunca mais será brinquedo. Nunca mais
37 fará pensar.
38 Hegel escreveu, no prefácio à “Fenomenologia de Espírito”, que o triunfo da razão é
39 uma orgia bacanal na qual nem um dos participantes está sóbrio. Assim abençoo a minha
40 bagunça...

Disponível em: < http://correio.rac.com.br/_conteudo/2013/06/colunistas/rubem_alves/75397-uma-orgia-bacanal.html>
Acesso em: 7 jan. 2016.

1. Em sua reflexão, Rubem Alves considera
- (A) urgente pôr ordem em seu escritório.
 - (B) a bagunça necessária à criatividade.
 - (C) a ordem e a imaginação coisas compatíveis.
 - (D) essencial manter cada coisa em um lugar preciso.

2. A pesquisa do neurologista Kurt Goldstein pode levar à conclusão de que
- (A) a compulsão pela ordem só ocorre após lesões cerebrais.
 - (B) as lesões no cérebro raramente provocam alterações de comportamento.
 - (C) o cérebro sadio, não lesado, tem a capacidade de imprimir ordem na desordem.
 - (D) o ser humano precisa de uma ordem material, concreta, para organizar o mundo a seu redor.
3. No final do texto, o autor recorre à imagem do quebra-cabeças para
- (A) destacar a importância das atividades lúdicas.
 - (B) demonstrar que todo pensamento implica ordem.
 - (C) ilustrar a ideia de que a ordem cristaliza o pensamento.
 - (D) sugerir que se deve colar o quebra-cabeças uma vez armado.
4. Com base nas ideias desenvolvidas no texto, pode-se inferir que a relação existente entre as orações que compõem o título – “A ordem marcha. A imaginação dança” – é de
- (A) contraste.
 - (B) proporção.
 - (C) convergência.
 - (D) complementação.
5. Julgue as afirmações abaixo com base nas regras da língua.
- I As aspas foram utilizadas em “bagunça” (l. 33) e “brinquedo” (l. 34) para destacar uma impropriedade lexical.
 - II Em “não havia ninguém que o movesse” (l. 18), o uso da próclise justifica-se pela presença de um termo atrativo.
 - III A forma verbal “faz” foi utilizada indevidamente em “Faz tempo publiquei dois livros...” (l. 6), pois o correto seria “há”.
 - IV No trecho “Quando o trabalho termina e todas as peças estão colocadas em ordem o ‘brinquedo’ acaba e a inteligência se assenta na poltrona...” (l. 34 e 35), a ausência de pontuação não provoca ambiguidade.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I e II.
 - (B) II e IV.
 - (C) I, II e III.
 - (D) I, III e IV.

RASCUNHO

NOÇÕES DE MEIO AMBIENTE

6. O aumento de gás carbônico (CO₂) na atmosfera terrestre é considerado como responsável pelo aquecimento gradual do planeta, fenômeno conhecido como

- (A) efeito estufa.
- (B) eutrofização.
- (C) chuva ácida.
- (D) buraco na camada de ozônio.

7. Considere as situações referentes ao processo de licenciamento ambiental:

- I violação de normas legais;
- II inadequação de quaisquer condicionantes da licença;
- III omissão de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença;
- IV superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

O órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrerem

- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) I, II e IV.
- (D) I, II, III e IV.

8. Considere as obrigações referentes à servidão ambiental:

- I prestar informações necessárias a quaisquer interessados na aquisição ou aos sucessores da propriedade;
- II documentar as características ambientais da propriedade;
- III prestar contas ao proprietário sobre as condições dos recursos naturais ou artificiais da área;
- IV monitorar periodicamente a propriedade para verificar se a servidão ambiental está sendo mantida.

São deveres do detentor da servidão ambiental

- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) I, II e IV.
- (D) I, II, III e IV.

9. Pichar monumento ou coisa tombada em virtude do seu valor artístico, arqueológico ou histórico sujeita o infrator a pena de

- (A) 3 (três) meses a 1 (um) ano de detenção e multa.
- (B) 3 (três) meses a 1 (um) ano de reclusão e multa.
- (C) 6 (seis) meses a 1 (um) ano de detenção e multa.
- (D) 6 (seis) meses a 1 (um) ano de reclusão e multa.

10. Considere os itens abaixo, com base na Política Nacional de Recursos Hídricos:

- I assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos;
- II reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor;
- III incentivar a racionalização do uso da água;
- IV obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos Planos de Recursos Hídricos.

São objetivos da cobrança pelo uso de recursos hídricos

- (A) I e II.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, II e IV.
- (D) I, II, III e IV.

LEGISLAÇÃO

11. A evolução funcional, de acordo com o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Quadro de Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Municipal de Cachoeira do Piriá, é o desenvolvimento do funcionário na carreira, com avanço nas classes e níveis, mediante critérios de

- (A) antiguidade e merecimento.
- (B) merecimento e progressão.
- (C) promoção e desempenho.
- (D) progressão e promoção.

12. De acordo com o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Quadro dos Servidores da Prefeitura Municipal de Cachoeira do Piriá, _____ é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo na Rede Municipal de Serviço, correspondente à natureza das atribuições e requisitos de avaliação de desempenho, qualificação profissional e grau de escolaridade, enquanto que _____ é o total de pagamentos devidos, aos profissionais da prefeitura, em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do município, inclusive os encargos sociais incidentes.

Os termos que melhor completam o comando são:

- (A) remuneração, vencimento básico.
- (B) carreira, vencimento básico.
- (C) vencimento básico, remuneração.
- (D) evolução funcional, remuneração.

13. Sobre a sessão ou cessão constante no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Quadro dos Servidores da Prefeitura Municipal de Cachoeira do Piriá, é correto afirmar que

- (A) não representa ônus para o serviço municipal e será concedida pelo prazo máximo de dois anos, renovável anualmente segundo a necessidade e a possibilidade das partes.
- (B) não representa ônus para o serviço municipal e será concedida pelo prazo máximo de um ano, sem possibilidade de renovação.
- (C) não interrompe o interstício para a promoção no exercício de atividades estranhas ao cargo ocupado pelo servidor.
- (D) é o ato através do qual o titular de cargo é posto à disposição de entidade ou órgão não integrante do quadro de pessoal da Prefeitura.

14. De acordo com o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Quadro de Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Municipal de Cachoeira do Piriá, a promoção na carreira é a passagem de uma classe para outra e ocorrerá mediante a combinação de critérios específicos de avaliação de desempenho e participação em atividades de atualização, capacitação e qualificação profissional relacionadas à sua área de atuação e por antiguidade, automaticamente,

- (A) ao completar dois anos de exercício na classe a que pertence o profissional da Educação Municipal e corresponderá a 10%.
- (B) ao completar cinco anos de exercício na classe a que pertence o profissional da Educação Municipal e corresponderá a 5%.
- (C) ao completar cinco anos de exercício na classe a que pertence o profissional da Educação Municipal e corresponderá a 10%.
- (D) ao completar dois anos de exercício na classe a que pertence o profissional da Educação Municipal e corresponderá a 5%.

15. De acordo com o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Quadro dos Servidores da Prefeitura Municipal de Cachoeira do Piriá, podendo a lei dispor de forma diversa, conforme as peculiaridades do cargo, a jornada de trabalho do servidor será de

- (A) 40 horas mensais.
- (B) 40 horas semanais.
- (C) 20 horas semanais.
- (D) 20 horas mensais.

HISTÓRIA REGIONAL

16. Segundo Gutemberg Armando Diniz Guerra, autor da resenha do livro *Estado Bandidos e heróis*, a autora Violeta Loureiro analisa episódios de conflitos agrários na Amazônia contemporânea que se comparariam aos fatos ocorridos com Joana d’Arc, na França, Tiradentes, no Brasil, William Wallace, na Escócia, Zapata, no México. Isto é correto porque em todos estes episódios o Estado

- (A) aceita a morte dos heróis populares no primeiro momento, mas em seguida aproveita e usufrui da bravura dos mesmos heróis, incorporando antropofagicamente o valor e as virtudes celebradas pelo povo.
- (B) julga culpados e condena os heróis populares, mas depois percebe seu erro e os absolve e elege como populares, construindo praças e estátuas em sua homenagem.
- (C) fecha os olhos para os agentes que eliminaram os heróis populares, mas depois os prende, julga e condena, reestabelecendo o rigor e a justiça devida na vida e na história nacional.
- (D) coloca-se como isento (ou acima destes conflitos), mas depois se apropria dos heróis populares em suas campanhas políticas, fazendo propagandas e lançando produtos com seus nomes.

17. A teoria social criada por Eric Hobsbawm sobre o banditismo social é utilizada por Violeta Loureiro para o caso de Quintino e a luta pela terra na Gleba Cidapar na História da Amazônia Contemporânea. São características universais do fenômeno do banditismo social

- (A) ataque direto ao latifúndio improdutivo, organização social e política bem fundamentada e com ideologia definida pela busca de uma sociedade mais justa, igualitária e socialista.
- (B) protesto camponês endêmico contra a opressão e a pobreza, um vago sonho de conseguir algum controle ou reparação de injustiças individuais e a ausência de um projeto político e social novo.
- (C) roubo e ataques de guerrilha aos donos de terra e de poder, busca de ideias individuais e de riquezas materiais no formato de roubar dos ricos para distribuir ao grupo de guerrilheiros armados.
- (D) luta contra o latifúndio, a favor da reforma agrária ampla e com bases de assentamento bem organizados, ideologia fundamentada no cooperativismo e anarco-sindicalismo.

18. Para a autora Violeta Loureiro, apesar da omissão do Estado e da violência do poder econômico no caso da Gleba Cidapar, haveria ainda outro poder político que, nesse contexto, seria capaz de se manifestar e agir auxiliando posseiros expropriados e camponeses como Quintino. Este poder se constituía essencialmente por dois grupos de pressão. São eles

- (A) a Igreja Católica, sobretudo aquela vinculada à Teologia da Libertação e à imprensa livre, que, apesar das dificuldades políticas e econômicas, consegue denunciar e pressionar autoridades.
- (B) o Estado nacional, sobretudo na sua instância federal, que, estando longe do local, poderia melhor avaliar o caso. E também os juristas e advogados da OAB, que denunciavam os juízes corruptos.
- (C) o poder judiciário, que, estando acima dos problemas locais, se colocava como salvação dos expropriados e sem terra, como Quintino. Também havia os advogados e juristas que se juntavam aos juízes atuantes no caso.
- (D) igrejas e religiosos, sobretudo os da ordem carismática e os protestantes pentecostais, que pregavam uma volta às origens cristãs e melhorias nas condições de vida de todos os pobres, como Quintino e seu grupo.

19. Para a autora Violeta Loureiro, há – “ao lado dos heróis oficiais” – os “heróis populares” e aqueles que ela denomina “heróis sociais”. O “herói social”, como Quintino da Silva Lira,

- (A) luta contra o latifúndio improdutivo, com militância pelo bem público, acredita na necessidade da tomada do Estado e na construção de uma nova nação comunista ou socialista.
- (B) batalha pelo fim da desigualdade social, pela igualdade política e pela construção de uma sociedade menos liberal e mais social, baseada no cooperativismo e no anarquismo como prioridades máximas.
- (C) luta dentro do movimento sindical e trabalhista, é militante de partidos socialistas ou comunistas, acredita que somente com vida política ativa seremos capazes de revolucionar a sociedade.
- (D) luta contra a exclusão social e inverte a história social de sua classe. Não está ligado à defesa da pátria, mas à defesa de causas justas e nobres, ligadas às classes populares.

20. “É importante lembrar que no Brasil, o noticiário de jornal sobre conflitos sociais, especialmente aqueles ligados à terra, íntegra – quase sempre – a chamada ‘página policial’. Ele aparece ao lado de crimes como homicídio, o roubo, o furto, sem qualquer característica que o distinga do conjunto de crimes individuais”. (Violeta Loureiro, *Estado, bandidos e heróis, utopia e conflitos na Amazônia*. Belém. Ed. Cejup, 1996, p. 440).

A constatação acima levou a autora a refletir sobre a forma de tratamento dos conflitos agrários no Brasil e na Amazônia contemporânea, que, segundo ela, faz com que os excluídos socialmente sejam comumente vistos pela sociedade como

- (A) bandidos sociais, que roubam dos pobres para distribuírem aos ricos, ajudando, assim, a consolidar uma maneira positiva de perceber esses agentes sociais como heróis locais.
- (B) ladrões e bandidos comuns, que não se distinguem daqueles que entram no processo de violência por terem sido atingidos em sua vida e honra. Isto os leva para crimes passionais, e não os de roubo.
- (C) transgressores, desordeiros e homens violentos, o que não favorece a construção de uma história político-social da população mais pobre e expropriada da Amazônia e do Brasil, aumentando o preconceito contra eles.
- (D) bandidos comuns que roubam para fins particulares. Já os casos dos conflitos sociais deveriam ir para as primeiras páginas dos jornais, mas para serem denunciados como casos a serem esquecidos.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. O excerto a seguir foi retirado do texto “O dito-cujo”, de Pasquale Cipro Neto.

O cartão de crédito venceu, o banco mandou o novo etc. Com o cartão, uma cartinha: "Confirmo que o cartão xxx está em meu poder, cuja emissão foi por mim autorizada".

O caro leitor notou o que foi feito com o pobre pronome "cujo"? Repito o trechinho: "...o cartão xxx está em meu poder, cuja emissão foi por mim autorizada...". O foi que autorizei? A emissão, é claro. Do quê? Do cartão, certamente, mas... Mas o pronome "cujo" vem depois de "poder", e não de "cartão"...

A mensagem não seria mais clara se tivéssemos outra ordem e/ou outros termos? Vejamos esta possibilidade: "Confirmo que o cartão xxx está em meu poder e que sua emissão foi por mim autorizada".

Como se vê, foi perfeitamente possível redigir a mensagem sem o pronome "cujo", que, quando usado adequadamente, relaciona dois substantivos, entre os quais se estabelece uma relação de posse.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/pasquale/2015/09/1685774-o-dito-cujo.shtml>>.

Acesso em: 12 jan. 2016.

Nesse fragmento de texto, o autor

- (A) identifica e explica o emprego equivocado do pronome relativo “cujo”.
- (B) condena o uso do pronome relativo “cujo” no português contemporâneo por considerá-lo arcaico.
- (C) defende a ideia de que só o pronome relativo “cujo”, corretamente empregado, garante clareza aos períodos compostos.
- (D) reflete sobre a falta de clareza e de correção dos documentos oficiais, sobretudo no que diz respeito ao uso dos pronomes anafóricos e dos operadores argumentativos.

22. O enunciado em que o pronome “cujo” está corretamente empregado é

- (A) *Reafirmamos que o livro foi devolvido à secretaria em tempo hábil cujo prazo havia sido prorrogado.*
- (B) *E que a esse partido e ao seu presidente XXX (cuja ficha de filiação ao partido já rasguei) reste a vingança do povo!*
- (C) *Estava o doente com calafrio, febre e fortes dores de cabeça, cujos sintomas punham em perigo sua vida.*
- (D) *Assistiremos a mais um capítulo de uma interminável novela, cuja trama se apoia em relações familiares mal resolvidas.*

23. A coesão textual diz respeito à ligação e à conexão entre as palavras de um texto, ou seja, ao encadeamento sintático e semântico que produz a textualidade. São muitos os mecanismos que estabelecem a coesão de um texto. Os pronomes relativos são responsáveis por relações coesivas de natureza

- (A) gramatical que asseguram as relações no interior da frase.
- (B) anafórica, visto que sempre retomam um elemento anterior.
- (C) sequencial que estabelecem, entre os segmentos do texto, relações pragmáticas.
- (D) argumentativa porque fornecem instruções sobre a maneira de procurar uma interpretação coerente para os enunciados que une.

RASCUNHO

24. O texto abaixo foi escrito por Monteiro Lobato.

Estava o cordeiro a beber num córrego, quando apareceu um lobo esfaimado, de horrendo aspecto.

— Que desaforo é esse de turvar a água que venho beber? — disse o monstro arreganhando os dentes. Espere, que vou castigar tamanha má-criação!...

O cordeirinho, trêmulo de medo, respondeu com inocência:

— Como posso turvar a água que o senhor vai beber se ela corre do senhor para mim?

Era verdade aquilo e o lobo atrapalhou-se com a resposta. Mas não deu o rabo a torcer.

— Além disso — inventou ele — sei que você andou falando mal de mim o ano passado.

— Como poderia falar mal do senhor o ano passado, se nasci este ano?

Novamente confundido pela voz da inocência, o lobo insistiu:

— Se não foi você, foi seu irmão mais velho, o que dá no mesmo.

— Como poderia ser meu irmão mais velho, se sou filho único?

O lobo furioso, vendo que com razões claras não vencia o pobrezinho, veio com uma razão de lobo faminto:

— Pois se não foi seu irmão, foi seu pai ou seu avô!

E — *nhoc!* — sangrou-o no pescoço.

— **Contra a força não há argumentos.**

Disponível em: <<https://peregrinacultural.wordpress.com>>.

Acesso em: 12 jan. 2016.

Considerando a noção de gênero, podemos identificar, na estrutura do texto, as características de um(a)

- (A) conto, já que se trata de uma narrativa breve construída em torno de um só conflito.
- (B) notícia que traz um relato cujos fatos se relacionam, ainda que indiretamente, com a realidade atual.
- (C) crônica que traz o relato, curto e simples, de um fato polêmico, no qual se estabelece uma interlocução direta com o leitor.
- (D) fábula, pois é uma narrativa breve, que tem como personagens animais irracionais agindo como seres humanos e ilustra um preceito ético-moral.

25. A obra de Bakhtin tem sido referência nos estudos sobre gênero. O autor distingue gêneros primários de secundários e, segundo esse enquadramento, considera gêneros primários

- (A) o romance e o conto, por serem trocas culturais complexas.
- (B) o discurso científico e o ideológico, por aparecerem em circunstâncias sociais evoluídas.
- (C) crônicas, contratos, textos de lei, documentos oficiais, por fazerem parte de diversas esferas da atividade humana.
- (D) a conversação oral cotidiana e a carta pessoal, por serem constituídas em circunstâncias de comunicação verbal espontânea.

26. Ainda sobre os gêneros textuais, é **correto** afirmar que dizem respeito a

- (A) grandes esferas da atividade humana em que ocorrem as práticas discursivas.
- (B) constructos teóricos definidos por propriedades linguísticas intrínsecas, e não a textos empíricos.
- (C) uma espécie de construção teórica definida por aspectos sintáticos, tempos e modos verbais, relações lógicas.
- (D) uma questão de uso, e não de forma, e são determinados com base nos objetivos dos falantes e na natureza do tópico tratado.

RASCUNHO

27. O texto abaixo faz parte do livro “Pedagogia da autonomia”, de Paulo Freire.

Nas minhas relações com os outros, que não fizeram necessariamente as mesmas opções que fiz, no nível da política, da ética, da estética, da pedagogia, nem posso partir de que devo “conquistá-los”, não importa a que custo, nem tampouco temo que pretendam “conquistar-me”. É no respeito às diferenças entre mim e eles ou elas, na coerência entre o que faço e o que digo, que me encontro com eles ou com elas. É na minha *disponibilidade* à realidade que construo a minha segurança, indispensável à própria disponibilidade. É impossível viver a disponibilidade à realidade sem segurança mas é impossível também criar a segurança fora do *risco* da *disponibilidade*.

Como professor não devo poupar oportunidade para testemunhar aos alunos a segurança com que me comporto ao discutir um tema, ao analisar um fato, ao expor minha posição em face de uma decisão governamental. Minha segurança não repousa na falsa suposição de que sei tudo, de que sou o “maior”. Minha segurança se funda na convicção de que sei algo e de que ignoro algo a que se junta à certeza de que posso saber melhor o que já sei e conhecer o que ainda não sei. Minha segurança se alicerça no saber confirmado pela própria experiência de que, se minha inconclusão, de que sou consciente, atesta, de um lado, minha ignorância, me abre, de outro, o caminho para conhecer.

Me sinto seguro porque não há razão para me envergonhar por desconhecer algo. Testemunhar a abertura aos outros, a disponibilidade curiosa à vida, a seus desafios, são saberes necessários à prática educativa.

Viver a abertura respeitosa aos outros e, de quando em vez, de acordo com o momento, tomar a própria prática de abertura ao outro como objeto da reflexão crítica deveria fazer parte da aventura docente. A razão ética da abertura, seu fundamento político, sua referência pedagógica; a boniteza que há nela como viabilidade do diálogo. A experiência da abertura como experiência fundante do ser inacabado que terminou por se saber inacabado. Seria impossível saber-se inacabado e não se abrir ao mundo e aos outros à procura de explicação, de respostas a múltiplas perguntas. O fechamento ao mundo e aos outros se torna transgressão ao impulso natural da incompletude.

O sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na História.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 50-51.

O enunciado que tem relação com as ideias expressas no texto é:

- (A) Todo professor deve incitar o aluno a transgredir o impulso natural da incompletude.
- (B) O professor precisa ter certeza de seus saberes e ter segurança quanto às suas posições.
- (C) Ensinar impede o professor de sentir-se inacabado e procurar explicações e respostas a múltiplas perguntas.
- (D) A docência implica necessariamente abertura ao diálogo com os outros e consciência de que o saber está sempre em construção.

RASCUNHO

28. Analise as afirmações abaixo com base nos princípios da teoria da variação linguística.

- I O desvio que ocorre em “Me sinto seguro porque não há razão para me envergonhar por desconhecer algo” é de ordem sintática. No padrão culto, a ênclise é a colocação normal do pronome, pois obedece à sequência “verbo + complemento”. Entretanto, no uso cotidiano da língua, dificilmente se usa a ênclise.
- II As normas de uso do padrão culto são ditadas pela gramática normativa. Trata-se da variedade usada em contextos mais formais e ensinada nas escolas, uma vez que seu uso traz prestígio e acesso a privilégios sociais.
- III Nem toda variedade traz intrínseca sua própria norma, apenas o registro formal, que é a variante culta, legalmente institucionalizada como meio de comunicação suprarregional, resultado de vários processos sociopolíticos e de tradição histórica, segue normas explícitas.
- IV No âmbito do ensino, o professor de língua portuguesa deve procurar fazer de seu aluno “um poliglota em sua própria língua”, como orienta o professor Evanildo Bechara, levando-o a ampliar sua competência linguística nas diversas situações comunicativas, sobretudo nas instâncias públicas de uso da linguagem, de modo a possibilitar sua inserção efetiva no mundo da escrita, ampliando suas possibilidades de participação social no exercício da cidadania.

Está **correto** o que se afirma em

- (A) III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) I, III e IV.

29. No texto abaixo transcrito, Marta Scherre discorre sobre o preconceito linguístico.

Basta ser homem, estar em sociedade e estar rodeado de pessoas falantes que a língua – este sistema de comunicação inigualável – emerge. Ela se instaura e toma conta de todos nós, de nossos pensamentos, de nossos desejos e de nossas ações. Falar faz parte do nosso cotidiano, de nossa vida. A troca por meio das formas linguísticas é a nossa dádiva maior, nossa característica básica. É por meio de uma língua que o ser humano se individualiza, em um movimento contínuo de busca de identidade e de distinção. É isso, enfim, que nos torna humanos e nos diferencia de todos os outros animais.

Não existe homem sem língua. Mesmo as pessoas com deficiências diversas adotam um sistema de comunicação. Quem é surdo, por exemplo, usa a linguagem de sinais. Sendo assim, não existe razão para que tenhamos preconceito com relação a qualquer variedade linguística diferente da nossa. Preconceito linguístico é o julgamento depreciativo, desrespeitoso, jocoso e, conseqüentemente, humilhante da fala do outro ou da própria fala. O problema maior é que as variedades mais sujeitas a esse tipo de preconceito são, normalmente, as com características associadas a grupos de menos prestígio na escala social ou a comunidades da área rural ou do interior. Historicamente, isso ocorre pelo sentimento e pelo comportamento de superioridade dos grupos vistos como mais privilegiados, econômica e socialmente. (...) Depreciando-se a língua, deprecia-se o indivíduo, sua identidade, sua forma de ver o mundo.

O preconceito linguístico - o mais sutil de todos eles - atinge um dos mais nobres legados do homem, que é o domínio de uma língua. Exercer isso é retirar o direito de fala de milhares de pessoas que se exprimem em formas sem prestígio social. Não quero dizer com isso que não temos o direito de gostar mais, ou menos, do falar de uma região ou de outra, do falar de um grupo social ou de outro. O que afirmo e até enfatizo é que ninguém tem o direito de humilhar o outro pela forma de falar. Ninguém tem o direito de exercer assédio linguístico. Ninguém tem o direito de causar constrangimento ao seu semelhante pela forma de falar.

Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI110515-17774,00-O+PRECONCEITO+LINGUISTICO+DEVERIA+SER+CRIME.html>>

Acesso em: 12 jan. 2016.

Da leitura do texto, infere-se que a autora considera a linguagem uma

- (A) capacidade inata da espécie humana.
- (B) capacidade de produzir palavras e frases.
- (C) forma de expressar e transmitir informações.
- (D) maneira de representação e descrição da realidade.

- 30.** O enunciado que não descreve um exemplo de preconceito linguístico é
- (A) crítica à falta de concordância em frases como “As menina saíram”.
 - (B) desqualificação de concordâncias ideológicas, como a que ocorre em “O pessoal festejaram”.
 - (C) depreciação de pronúncias consideradas “caipiras”, como a troca do “r” pelo “l” ou o “r” característico da fala de regiões mineiras, paulistas, entre outras.
 - (D) exigência do uso da marca de plural -s em todo o sintagma nominal, como em “Todas as mensagens esclarecedoras” em documentos de circulação oficial.

RASCUNHO